ANÁLISE CRÍTICA DA (IN)APLICABILIDADE DAS NORMAS TRABALHISTAS PROTETIVAS DA MULHER EM DECISÕES DO TST

ALYANE ALMEIDA DE ARAÚJO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Mestra em Direito Constitucional. Especialista em Direito do Trabalho.

Especialista em Direito Internacional. Técnica Judiciária do TRT da 21ª Região.

RESUMO: O Brasil possui normas trabalhistas destinadas exclusivamente à mulher (artigos 372 a 401 da Consolidação das Leis do Trabalho), que são frequentemente questionadas face ao preceito de que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”, previsto no artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal. O objetivo da pesquisa é fazer uma análise crítica dos fundamentos de duas decisões do Tribunal Superior do Trabalho acerca dessas normas protetivas: uma que aplicou (RR-154000-83.2005.5.12.0046, Relator Ministro: Ives Gandra Martins Filho, Data de Julgamento: 17/11/2008, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DEJT 13/02/2009) e outra que afastou a sua observância (RR-1606-35.2016.5.12.0037, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 08/05/2019, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/05/2019). A relevância do tema reside na atualidade do debate sobre eventual reforço de papéis estereotipados de gênero por meio de normas jurídicas, ao mesmo tempo em que ainda se verifica uma grave desigualdade de gênero no mundo dos fatos. A escolha metodológica do estudo é hermenêutica, com a utilização da técnica de releitura epistemológica de conceitos a partir da teoria crítica feminista. As hipóteses testadas foram a ausência de coerência decisória e a divergência de entendimento do principal fundamento pelo qual a mulher precisaria (ou não) de normas específicas de proteção. As hipóteses foram validadas, cujos resultados demonstraram que o princípio constitucional da igualdade é utilizado para fundamentar decisões diametralmente opostas, havendo uma clara disputa de narrativas entre os conceitos de igualdade material e igualdade formal; a diferenciação biológica é utilizada como principal marcador do tratamento jurídico diferenciado e não a diferenciação culturalmente construída; o argumento da “dupla jornada” da mulher não é seguido de uma crítica à metade das responsabilidades domésticas que o homem deveria suportar; as normas protetivas deixam de ser aplicadas sob o fundamento de que poderiam ser entendidas como privilégio e risco de “maior discriminação”; a falha lógica desse argumento reside no fato de que a discriminação positiva das normas promocionais visa exatamente coibir a discriminação negativa e não o contrário; não foi observada fundamentação sobre a marca da temporalidade de normas promocionais de direitos para determinados grupos em deferimento de outros, nem o problema da imposição do ônus da igualdade formal antes da concessão do bônus da igualdade material; a principal consequência da decisão que afasta a norma protetiva é a dupla penalização pelo tratamento jurídico da igualdade formal com o peso da desigualdade material no mundo dos fatos; e a principal consequência da decisão que observa a aplicação da norma protetiva é a biologização da diferença de gênero, com o reforço da divisão sexual do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: NORMAS PROTETIVAS; TRABALHO DA MULHER; ESTEREÓTIPO DE GÊNERO; PRINCÍPIO DA IGUALDADE.